



# Nau Literária

crítica e teoria da literatura em língua portuguesa

PPG-LET UFRGS

ISSN 1981-4526

<http://seer.ufrgs.br/nauliteraria>

Vol. 12 N. 01 2016

Os pós-modernos e os modernos na poesia portuguesa

## A REMITOLOGIZAÇÃO DE PORTUGAL EM *MENSAGEM*

### PORTUGAL REMYTHOLOGIZED IN *MENSAGEM*

Letícia Andrade

**RESUMO:** Em *Mensagem*, de Fernando Pessoa, Portugal é a personagem principal. Esta é trazida para a poesia em suas perspectivas de passado, presente e futuro, ocorrendo um retorno mítico para sua história com fins específicos. Esse retorno mítico é denominado de “remitologização” por Mielietinski (1987), por isso este trabalho se propõe a estudar a remitologização de Portugal, como um fenômeno de revalorização da forma de discurso arcaico em Brasão, Mar Português e Encoberto.

**PALAVRAS-CHAVE:** remitologização; *Mensagem*; Fernando Pessoa

**ABSTRACT:** In Fernando Pessoa's *Mensagem*, Portugal is the main character. Portugal is brought to poetry in its prospects of past, present and future, experiencing a mythical return to its history with specific purposes. This mythic return is called “remythologization” by Mielietinski (1987), so this work proposes to study the “remythologization” of Portugal, as a phenomenon of revaluation of the form of archaic speech in Brasão, Mar Português and Encoberto.

**Keywords:** back mythologization; *Mensagem*; Fernando Pessoa

#### 1 Portugal em *Mensagem*: Brasão, Mar Português e o Encoberto

*Desejo ser criador de mitos,  
que é o mistério maior  
que pode obrar alguém da humanidade.*  
(Fernando Pessoa)

*Mensagem* (1934) é constituída por 44 poemas, divididos da seguinte forma: 19 poemas na primeira parte, BRASÃO; 12 poemas na segunda parte, MAR PORTUGUÊS; e 13 poemas na terceira parte, O ENCOBERTO. BRASÃO subdivide-se em cinco seções: OS CAMPOS; OS CASTELOS; AS QUINAS; A COROA; e O TIMBRE. A última parte, O ENCOBERTO, subdivide-se em três seções: OS SÍMBOLOS; OS AVISOS; e OS TEMPOS. E a segunda parte, curiosamente, não tem subdivisões.

Deduzimos que BRASÃO iluminará a terceira parte (o presente estagnado), configurando-se a circularidade mítica em que se fecha a obra. Também, podemos dizer que essa desigualdade de tratamento na distribuição dos poemas em seções, e dessas em partes, funciona como metáfora de uma remitologização do “Ser Portugal”. A complexidade de formas e quantidades diversificadas de poemas em BRASÃO sugere a árdua e difícil etapa do ato de nascer de Portugal. A ausência de subdivisões em MAR PORTUGUÊS sugere a superação desses obstáculos, a conquista (im)possível. E O ENCOBERTO trata do declínio português e de seus mitos Sebastianismo e V Império, voltando a ter uma organização formal complexa.

O texto traz um “manto” misterioso de elementos herméticos e poéticos. Revestindo o mito sebástico com o fascínio poderoso da linguagem poética e a força mística dos símbolos, *Mensagem* tem um caráter de re-velado (que “tira o véu” e, ao mesmo tempo, “coloca o véu”), cantando uma “epopeia” no futuro: “É o som presente desse mar futuro”... É a “alma lusitana grávida do divino” (PESSOA, 1979, p. 177). Assim sendo, Fernando Pessoa constrói esses poemas em uma linguagem simbólica, na qual as presenças de mítico e místico se alternam e se completam. Inclusive, na maioria dos poemas, o eu poético evoca o próprio Deus. Porém, mesmo naqueles poemas em que não o faz, sente-se a presença do espiritual, transcendente e divino nessa obra, restaurando o senso do sagrado que o homem do século XX se dá a si mesmo, após o anúncio nietzschiano da “morte de Deus”. Conclui Armstrong (2005, p. 10) que os mitos permitem que seres humanos imitem seus deuses e “experimentem eles mesmos a divindade”.

O comportamento mítico e místico da humanidade revela uma tomada de consciência do homem em relação ao Cosmo e a si mesmo. Segundo Eliade (1993), duas modalidades importantes de narrativas míticas são a “cosmogônica” (que reconta as “origens”) e a “soteriológica” (que projeta no passado ou no futuro, a gesta de um deus, herói ou ancestral trazendo “salvação” para um grupo ou para o mundo). E o comportamento saudosista/melancólico, mas ao mesmo tempo “soteriológico” do povo português interessou ao escritor de *Mensagem*, o qual traz a representação da condição humana e do tempo passado por meio da remitologização.

Para Mielietinski (1987), a remitologização constitui um amplo processo histórico-cultural, situado aproximadamente em fins do século XIX e primeiras décadas do século XX, de revalorização do mito como categoria pertinente em diversos campos do saber, como: a literatura (com Joyce, Thomas Mann, Eliot, entre outros); a crítica literária; as ciências sociais; a política enquanto teoria e prática de luta pelo poder; a psicologia; e a filosofia.

Ainda a remitologização é considerada, sobretudo, como mostrou o autor em *A poética do mito* (1987), um fenômeno de “transvaloração”, pois o mito, no século XX, passa a ser revalorizado<sup>1</sup> como forma, seja de parodiar criticamente o passado e o presente, seja de abrir caminho para o futuro.

Mielietinski (1987) destaca trabalhos da área de psicologia como fundamentais à compreensão desse processo de remitologização, enquanto sintoma de “simpatia” do homem de século XX por uma autorrepresentação que, paradoxalmente, volta-se ao “remoto”. Segundo o autor (1987), o mito ressuscita um fascínio pelas concepções “arcaicas” do tempo, calcadas na ideia de circularidade e repetição, ponto destacado também por Eliade (1989; 1993; 2002). Este (1989) afirma que a história, ao invés de fluxo evolutivo linear contínuo, mostra-se como um “eterno retorno” aos mesmos arquétipos das origens. É nessa chave que entendemos a remitologização pessoana, pois, cada leitura, mesmo que teórica (exemplos: Freud, Jung), do mito, conta como outra versão desse mito ou uma remitologização.

Fernando Pessoa, de forma mítica e mística, interpela o mundo português, ansiando, portanto, por uma “nova” síntese de Portugal (ou de si mesmo ou dos outros). Há um retorno mítico à história portuguesa. É como se o divino estivesse entrelaçado na História. Aqui lembramos a obra *O mito do eterno retorno*<sup>2</sup> de Eliade (1992), que demonstra a repetitividade intrínseca à ontologia arcaica e a sua forma de conceber a temporalidade cósmica e humana, proclamando a necessidade de um retorno (“religação”, “religare”) ao mito tradicional. Ou seja, por mais “dessacralizado” que se pretenda o “homem moderno”, ele não consegue se livrar da experiência mítica originária, ainda que esta ressoe não mais como voz direta dos deuses (cf. ELIADE, 1992).

Fernando Pessoa, ao parodiar o passado e o presente de Portugal, aponta um caminho para o futuro: o “ressurgimento da nação” (PESSOA, 1979, p. 127), voltando-se para o espectro das formas arcaicas de pensamento e de ação, os grandes símbolos, narrativas literárias e rituais religiosos de várias épocas, mesmo aqueles que já não eram mais pré-

---

<sup>1</sup> “Revalorizado” porque, anteriormente, os mitos foram excluídos ou colocados à margem pelo racionalismo científico. A “desmitologização” aconteceu com o positivismo, que se propôs a ser um “destruidor” de mitos, conforme explica Durand (2004). Ou seja, o processo de “remitologização” se contrapõe ao paradoxo das mitologias desmitologizantes, como o positivismo (sistema criado por Auguste Comte, 1798-1857, que se propõe a ordenar as ciências experimentais, considerando-as o modelo por excelência do conhecimento humano, em detrimento das especulações metafísicas ou teológicas). Em suma, o “fenômeno da remitologização” coincide cronológica e tematicamente com o que, à primeira vista, se chama a era da “morte da mitologia”, com as revoluções burguesas e o iluminismo. (cf. ARMSTRONG, 2005).

<sup>2</sup> Obra, primeiramente, chamada de *Arquétipos e Repetição*, cujo tema central é a “imagem de si mesmo formada pelo homem das sociedades arcaicas, e, sobretudo, o lugar que ele assume no Cosmo” (ELIADE, 1992, p. 11).

julgados como mera superstição, mentira, ou fóssil de experiências ultrapassadas da humanidade (cf. SOARES, 2010).

Assim sendo, em sua remitologização de Portugal, Pessoa conversa com vários símbolos: D. Sebastião; Bandarra; Santo Graal; V Império; o Desejado; as Ilhas Afortunadas etc. Nessa “conversação com os símbolos”, o poeta propõe uma civilização espiritual, longe do materialismo de outros profetas portugueses. Segundo ele, “contra as artes e as forças do espírito não há resistência possível, sobretudo quanto elas sejam bem organizadas, fortificadas por almas de generais do Espírito” (PESSOA, 1979, p. 225). Nessa teorização artística, Pessoa acredita que a poesia ou o mito é a única “força” capaz de arrancar os espíritos do profundo caos esterilizante: “Que as forças cegas se domem / Pela visão que a alma tem!” (PESSOA, 2006, p. 47).

Conquistado já o Mar (material), resta a Portugal conquistar também o Céu (espiritual): “Senhor, falta cumprir-se Portugal” (PESSOA, 2006, p. 36). Mas, o Céu está próximo: “É a hora!” (PESSOA, 2006, p. 52). A partir daqui fica patente de onde a remitologização de Portugal advém. Daí a recuperação do V Império (uma ideia “nacional”), transformando-o em um Império Universal Espiritual. A remitologização pessoana (ou seu “sebastianismo racional”) é uma reconstrução racional cujo invólucro é de teor espiritual. É como se apenas pelas vias da imaginação (do mito ou da poesia) fosse ainda possível alcançar o mundo espiritual. É como se Pessoa acreditasse que “precisamos de mitos que nos ajudem a desenvolver uma atitude espiritual” (ARMSTRONG, 2005, p. 115).

Assim, contrariamente ao homem “não espiritual”, que é o resultado de uma “dessacralização” da existência humana, o ser humano revelado pelo mundo de *Mensagem* é um fragmento cósmico, como o mar, o céu e a terra. Logo, interessa para a poesia de *Mensagem* “uma Índia nova”: o espiritual ou a alma portuguesa em suas várias nuances: “Brasão”, “Mar português” e “O Encoberto”.

## **2 O mito do gênesis: Brasão**

Os seres humanos sempre inventaram histórias para situar suas vidas num cenário macrocósmico. O primeiro livro da *Torá* narra, exatamente, o princípio de todas as coisas. Pelo poder da Palavra, Deus criou os céus e a terra e os organizou.

No princípio Deus criou os céus e a terra. Era a terra sem forma e vazia; trevas cobriam a face do abismo, e o Espírito de Deus se movia sobre a face das águas. Disse Deus: ‘Haja luz’, e houve luz [...]

Depois disse Deus: ‘Haja entre as águas um firmamento que separe águas de águas’. Então Deus fez o firmamento e separou as águas que ficaram abaixo do firmamento das que ficaram por cima. E assim foi. (Gênesis 1:1-3; 6-7).

Deus empregou a Palavra como forma de expressão e como instrumento de criação. E isso pode significar que, nas cosmogonias míticas, por mais longe que se remonte à sua história, sempre se volta a deparar com a posição suprema da Palavra, que se converte numa espécie de “arquipotência”, onde radica todo o ser e todo o acontecer (ELIADE, 1989). Aqui a capacidade para criar consiste em organizar partes díspares, por meio da Palavra.

Pessoa forma sua *Mensagem*, talvez, acreditando que possui também essa potencialidade de usar o Verbo para reorganizar o “caos português”. Aí surge a criação literária buscando criar a partir do caos, dando forma ao que não tem forma. Essa passagem do caos ao cosmos, a instauração de uma “ordem”, é vital para que as coisas e ações tomem sentido. Nesse processo criador, a imaginação, como mola mestra, é a faculdade de representar ou de combinar imagens de objetos ausentes, reais ou (im)possíveis.

E o que é um texto literário senão uma organização, uma espécie de nomeação de uma realidade muitas vezes caótica e sem sentido? Além do mais, como diz Eliade (1992), a criação poética tende à recuperação da situação paradisíaca primordial, no tempo em que se criava espontaneamente, no tempo em que o passado não existia, porque não havia consciência de tempo. Por isso, “o grande poeta descobre o mundo como se fosse contemporâneo do primeiro dia da criação” (ELIADE, 1992, p. 24). A supremacia da Palavra aparece como fundante. Talvez por essa razão, Otávio Paz (1972) expõe que o verdadeiro autor de um poema não é nem o poeta nem o leitor, mas sim a Palavra...

Interessante que o próprio termo “mito” denota, em grego, “palavra”. A poesia e o mito possuem características que as tornam equivalentes: primeiramente, é a partir justamente dos poetas, como Homero, que os antigos mitos ainda comovem os leitores. Além disso, ambos ligam fraternalmente os homens dentro de uma sociedade e, inclusive, entre sociedades diferentes, a partir da “universalidade das grandes imagens que estruturam as suas esperanças” (DURAND, 1979, p. 53). Durand (1979, p. 54) afirma que a matriz de toda a narrativa literária seriam os mitos e que, dessa forma, torna-se possível desvendar qual mito, mais ou menos explícito, anima cada texto literário.

Nessa perspectiva, o mito é a palavra como autorrevelação do Ser: “o mesmo sol que abre os céus” (PESSOA, 2006, p. 20). Para Pessoa, mito é essa energia que se confunde com a origem de tudo, ou seja, a potencialidade a qual antecede o momento em que todas as coisas ganham existência, e a qual continua em algum lugar, em estado de latência. Mito seria,

então, tudo aquilo que ainda não é, mas pode vir a ser: “O mito é o nada que é tudo” (PESSOA, 2006, p. 20).

Para Eliade (1992), o mito narra um acontecimento primordial que teve lugar exatamente no “começo do Tempo, *ab initio*”. E tratar desse acontecimento que é uma “história sagrada” equivale a revelar um mistério, pois as personagens do mito muitas vezes não são seres de “carne e osso”, são deuses, heróis, como Ulisses.

Toda história mítica que relata a *origem* de alguma coisa pressupõe e prolonga a cosmogonia. Do ponto de vista da estrutura, os mitos de origem homologam-se aos mitos cosmogônicos. Sendo a criação do Mundo a criação por excelência, a cosmogonia torna-se o modelo exemplar para toda espécie de ‘criação’. (ELIADE, 2004, p. 25).

O mito do gênesis proclama sempre uma criação. A história mítica de BRASÃO relata a origem de Portugal, simulando o que podemos chamar de cosmogonia da poesia portuguesa. Esse gênesis, como está escrito em *Mensagem*, “é involuntário”, e o poeta ou herói “assiste a si mesmo”, inconscientemente, ao organizar o caos em busca “de sentido”. Como elucidada Eliade (1992, 1989), todo mito tem por paradigma o mito cosmogônico, uma vez que sempre explica como uma realidade passou a existir, caracterizando-se como um voltar às origens, não somente no sentido cronológico, mas sobretudo metafísico. Por isso, essas “cosmogonias” podem repetir-se periodicamente e os seus sentidos e valores estão na própria reiteração.

No poema dedicado a Ulisses (o primeiro da seção OS CASTELOS), fica patente a ideia de criação que está implícita no mito: “Por não ter vindo foi vindo / E nos criou” (PESSOA, 2006, p. 20). Na visão do eu poético, o sentido da vida humana está na busca pela realização da criação perfeita. E, quando deixa de ser potencialidade criativa, para de fato acontecer, o mito deixa de ser mito para se converter em história cronológica, que é parcial e incompleta, ou seja, palco de imperfeições.

Querendo fugir desse palco de imperfeição, não recusando uma realidade transcendente, o poeta inicia seu texto com o termo “brasão”: o começo de Portugal, não com a história portuguesa nas manifestações exteriores, mas naquilo que poderia ter acontecido (ou que ainda pode vir a ser). Utiliza, portanto, a realidade metafísica como possibilidade de conceber o tempo criador ou o tempo imponderável. O “brasão” é, então, símbolo da criação do “Ser Portugal”.

Esse símbolo é traduzido nos poemas dessa primeira parte, tendo cada um de seus elementos (OS CAMPOS, OS CASTELOS, AS QUINAS, A COROA e O TIMBRE) associado a um dos fundadores da história ou mito de Portugal. A expressão gráfica da heráldica é substituída pela expressão poética. Segundo Camocardi (1996, p. 13), a

apresentação de BRASÃO, no aspecto espacial, processa-se em movimento centrípeto e ascensional, evoluindo do exterior para o interior; e no aspecto temporal, processa-se desde os tempos míticos do antemanhã da nacionalidade até ao tempo histórico. Assim sendo, a trama de vocábulos inscrita no quadrilátero da página, articula-se a uma concepção metafísica da história, a qual vai sendo formada passo a passo.

Primeiramente, OS CAMPOS são designados por dois poemas: “O dos Castelos”, que representa o corpo da Pátria; e “O das Quinas”, que representa a alma da Nação. O Portugal de *Mensagem*, portanto, vai sendo designado por esses dois campos: campo externo e interno. Neles está configurada a dupla predestinação de Portugal: a glória passada e a capacidade de enfrentar o desgosto que são “o som presente desse mar futuro” (PESSOA, 2006, p. 23). Enfim, mostra a materialidade passada e a predestinação para a espiritualidade futura. Deste modo, OS CAMPOS buscam estabelecer o elo de relação direta entre as noções de materialidade e espiritualidade, causa e efeito da predestinação mitológica de Portugal ou ainda as duas concepções distintivas presentes na criação do mundo: o divino e o terreno.

O poema intitulado de “O dos Castelos” mostra o mapa da Europa como o corpo de uma mulher, cujo rosto (que é Portugal) “fita com um olhar esfíngico e fatal, / O Ocidente futuro do passado”. Portugal é representado pela cabeça da Europa por ser a porta de entrada do Velho Mundo (por via marítima) e, também, por estar predestinado a ser a cabeça do V Império. Aqui Portugal transcende à manifestação corpórea de um Império ultramarino.

O segundo poema, “O das Quinas”, mostra que não se pode colocar a felicidade nos bens materiais, pois pouco deve bastar ao homem nesta vida: “A vida é breve, a alma é vasta: Ter é tardar” (PESSOA, 2006, p. 17). Verificamos que, na visão do eu poético, é indispensável o desprendimento material para se alcançar um conhecimento elevado, transcendental. A presente infelicidade deve ser superada para se alcançar o (im)possível, a felicidade abundante.

O Campo externo (cujos poemas são respectivamente: “Ulisses”; “Viriato”; “O Conde D. Henrique”; “D. Tareja”; “D. Afonso Henriques”; “D. Dinis”; sétimo (I) “D. João o Primeiro”; e sétimo (II) “D. Filipa de Lencastre”) representa a defesa e a proteção da nação, ou seja, a materialidade. Esse primeiro campo desdobra-se em oito poemas que, com o artifício da condensação de D. João I e D. Filipa de Lencastre em um mesmo plano, representam os “sete castelos” de BRASÃO. O número sete aqui faz alusão aos setes dias da criação do mundo, em que, a partir do mundo espiritual, pela Palavra, a materialidade ganha forma, como se toda a criação fosse um “objeto substancial” da deidade invisível do Criador.

Em suma, OS CASTELOS são pedras fundamentais da nação, por isso, Pessoa os relacionou às personagens as quais contribuíram, em sua visão, para a gênese de Portugal.

O primeiro poema de OS CASTELOS refere-se ao lendário fundador de Lisboa, Ulisses, herói da guerra de Tróia e protagonista da *Odisséia*, de Homero. No poema “Ulisses”, o eu poético pessoano afirma que o mito gera no homem uma força capaz de transformar a realidade: “Este, que aqui aportou, / Foi por não ser existindo. / Sem existir nos bastou. / Por não ter vindo foi vindo / E nos criou” (PESSOA, 2006, p. 20). Nessa visão, Portugal funda-se no mito – primeira organização do caos da criação pessoana.

O poema “Viriato”, o segundo de OS CASTELOS, trata de um herói celta que lutou com os romanos, para defender o território conhecido como Lusitânia: “Vivemos, raça, porque houvesse / Memória em nós do instinto teu” (PESSOA, 2006, p. 20). É do heroísmo de Viriato que Pessoa institui o espírito luso de *Mensagem* – aqui é soprado nas “narinas” de Portugal um espírito heroico.

O poema “O Conde D. Henrique”, o terceiro de OS CASTELOS, fala da personagem que recebeu o controle do território portugalense ao se casar com D. Tareja. Esse conde, na visão do eu poético, nem suspeita da glória que guarda o futuro de Portugal: “Todo começo é involuntário / Deus é o agente. / O herói a si assiste, vario, / E inconsciente” (PESSOA, 2006, p. 21). Nessa visão do poema, para a realização dos desígnios de Deus, os homens são instrumentos necessários em suas mãos. Devem, pois estar atentos aos “Seus Sinais”: o sinal da predestinação, os sinais dos avisos e os sinais dos tempos.

“D. Tareja”, o quarto poema de OS CASTELOS, afirma que a existência da nação é um mistério, sendo que a missão de cada patriota obedece aos secretos desígnios de Deus: “As nações todas são mistérios [...] Com bruta e natural certeza / O que, imprevisto, Deus fadou.” (PESSOA, 2006, p. 21). Nesse poema, o eu poético evoca D. Tareja, solicitando que esta, como uma divindade, interceda pela eternidade por Portugal – uma alusão à Santa Maria, venerada pela Igreja Católica. E pedindo que a sua reza rejuvenesça de novo “a cria” (metonimicamente, o próprio Portugal), pois onde ela está tudo é juventude: “Todo vivo é eterno infante”.

O quinto poema é intitulado “D. Afonso Henriques”, referindo-se ao primeiro rei de Portugal, àquele que obteve a independência do reino de Leão, em 1143. Essa vitória militar garantiu ao reino “A benção como espada, / a espada como benção!” (PESSOA, 2006, p. 22). Estes versos nos mostram a simbiose da força espiritual (a benção) e da matéria (a espada), explicitando que o espiritual está a serviço do material e ambos ao serviço do ideal superior que transcende o ideal da Pátria.

O sexto poema de OS CASTELOS é atribuído ao fundador da Universidade de Lisboa, D. Dinis, sexto rei de Portugal e um dos maiores trovadores de toda Europa. Pessoa se refere a esse Rei-poeta como “plantador de Naus a haver”, que lançou as sementes da epopeia dos descobrimentos – uma alusão à ideia de que a poesia revela o desconhecido. Interessante observarmos que, nesse poema “D. Dinis”, o ato de escrever é tratado como um ato de criação: o poeta D. Dinis escreve um “Cantar de Amigo” e desta maneira dá forma a uma coisa ainda inexistente: “É a voz da terra ansiando pelo mar.” (PESSOA, 2006, p. 23), ansiando pelo “desconhecido”.

O sétimo poema de OS CASTELOS é habitado por dois consolidadores da nação: D. João I, mestre de Avis; e Dona Filipa de Lencastre, sua esposa. O poema sétimo (I) intitulado “D. João o primeiro” traduz o mistério que envolve a construção de um país: “O homem e a hora são um só” (PESSOA, 2006, p. 23). Nesse poema, há alusão ao livro do *Gênesis*, pois se inicia afirmando que toda história é “feita pelo Deus” dos “patriarcas” portugueses – a Ordem de Avis. E, no poema sétimo (II), “D. Filipa de Lencastre”, o eu poético evoca a geração de príncipes notáveis com uma pergunta: “Que enigma havia em teu seio / que só gêmeos concebia?” (PESSOA, 2006, p. 23). Ainda o eu poético a chama de “Princesa do Santo Gral, / Humano ventre do Império, / Madrinha de Portugal!” (PESSOA, 2006, p. 24). Ela, por nascer na Inglaterra, relaciona-se com a tradição cavaleiresca do rei Arthur e sua Távola Redonda. Porém, torna-se “Madrinha de Portugal”, destinada a ser mãe da grandeza do país, dos príncipes e do infante D. Henrique.

Embora Pessoa evite elementos estrangeiros como Roma, na primeira parte de *Mensagem*, há referências a figuras estrangeiras como Ulisses, o conde D. Henrique e a Filipa de Lancastre. Estas são figuras que contribuem para o estabelecimento da “nova criação” planejada por Pessoa. Filipa de Lancastre, por exemplo, trouxe da sua terra natal o mito do Santo Graal. Pelo seu casamento com o rei D. João I, mestre da Ordem de Avis, que em Portugal sucedeu à Ordem dos Templários, Filipa contribuiu para a consolidação do sebastianismo. Afinal, quatro dos filhos que resultaram deste “casamento predestinado” (um dos quais foi D. Henrique, o navegador) contribuíram para a plena concretização de Portugal.

Depois de OS CASTELOS, Pessoa personifica AS QUINAS, representadas por aquelas personagens que consolidaram a glória e o Império Português por meio do sobrenatural. Agora, o Campo interno, no qual se depositam AS QUINAS, alude às cinco chagas de Cristo ou a essência do espírito religioso português (judeu-cristão em sua origem). AS QUINAS são encarnadas, primeiro, por “D. Duarte Rei de Portugal”, décimo primeiro rei da nação, que como Deus deu-se ao Mundo: “Meu dever fez-me, como Deus ao mundo. / A

regra de ser Rei almou meu ser, / Em dia e letra escrupuloso e fundo.” (PESSOA, 2006, p. 26). Seria o primeiro mártir.

O segundo poema de AS QUINAS é intitulado “D. Fernando, Infante de Portugal”. Este foi também prisioneiro dos mouros e um mártir como seu irmão D. Duarte. Eles lutaram a chamada “guerra santa” contra os mouros. O eu poético louva a bravura do príncipe D. Fernando. O terceiro poema evoca “D. Pedro, Regente de Portugal”, outro dos oito filhos de D. João I e D. Filipa de Lencastre, irmão de D. Duarte e D. Fernando. Depois da morte de D. Duarte, D. Pedro regeu Portugal por dez anos até a coroação do sobrinho, D. Afonso, filho de D. Duarte. Clarividente em tudo, “fiel à palavra dada”, D. Pedro viveu e morreu na perfeita coerência, cumprindo seu dever: “Assim vivi, assim morri, a vida / Calmo sob mudos céus, / Fiel à palavra dada e à ideia tida. / Tudo mais é com Deus!” (PESSOA, 2006, p. 27).

O quarto poema intitulado “D. João, Infante de Portugal” personifica a humildade e a simplicidade. A quinta e última quina é D. Sebastião, o décimo sexto rei de Portugal, o qual não fez parte daquela notável geração de príncipes (os filhos de Filipa e D. João), mas foi o rei que fechou o ciclo das conquistas marítimas. Com efeito, o momento de maior glória na história de Portugal se dá nos reinados de D. Duarte e de D. Sebastião. Este desapareceu na batalha de Alcácer-Quibir, dando origem ao mito do sebastianismo e ao conseqüente V Império.

A COROA (só possui um poema, intitulado: “Nun’Álvares Pereira”), insígnia de realeza e nobreza é representada não por algum rei, mas por um guerreiro, o qual foi beatificado pela Igreja Católica, em 1918. No reinado ideal, a coroa é símbolo da ligação do poder terreno com o poder espiritual. Nun’Álvares Pereira é símbolo do resgate positivo do ciclo predestinado: unir a materialidade (espada do guerreiro) e a espiritualidade (auréola do santo). Esse guerreiro tem sido a mais alta figura da história militar portuguesa e digno representante do espírito medieval de Cavalaria. Fascinado pelos modelos da Távola Redonda, desde cedo desejou ser como Galaaz. Nun’Álvares é considerado “Sperança consumada, / S. Portugal em Ser” (PESSOA, 2006, p. 30), prefigurando uma interação perfeita entre o divino e o humano, comunhão que permitiria a realização de grandes façanhas. Notemos que é por causa do regresso dessa comunhão, intitulada pelo poema de “Eucaristia Nova”, que Nun’Álvares é chamado de “O Desejado”. E é nas mãos desse santo guerreiro que o poeta coloca a espada mítica Excalibur, outorgada aos homens pelos deuses. O “Desejado” foi cognome dado ao rei D. Sebastião. Porém, Pessoa vai além do fenômeno histórico: para ele, “O Desejado” tem configuração mais ampla, mais mística, pois possui a Excalibur em suas mãos...

Assim, Fernando Pessoa busca novos desafios em sua criação. “É a hora”, segundo o poeta, de transubstanciar a loucura empreendedora de D. Sebastião (a “febre de Além”) em prol da humanidade. “É a hora” de reconquistar a interação entre vontade divina e ato humano, simbolizada em Nun’Álvares, “O Desejado”, que revela o “Santo Graal”. Só assim a nação portuguesa venceria a estagnação ou “o nevoeiro” das almas inutilmente eleitas que dominavam o presente.

Por fim, na última seção de BRASÃO, O TIMBRE, Pessoa prefigura a trajetória de navegação, a história do Ultramar. As personagens que ocupam o posto de O TIMBRE contribuíram para incentivar os empreendimentos marítimos. O grifo é O TIMBRE escolhido por Pessoa. A Cabeça do Grifo (cabeça de águia) é ocupada pelo poema “O Infante D. Henrique”. Uma Asa do Grifo é “D. João o Segundo”, sobrinho-neto do infante D. Henrique, cuja prioridade foi descobrir o caminho para as Índias. Outra Asa do Grifo é “Afonso de Albuquerque”, que garantiu a ocupação militar das terras ultramarinas orientais.

De uma forma ampla, “timbre” é uma peça a qual se coloca na parte superior do escudo de guerra. Segundo a tradição portuguesa, o timbre deveria ser representado pelo dragão alado, mas o poeta o substituiu por outro animal mitológico, o grifo: cabeça e asas de águia, patas e corpo de leão, talvez porque se trate de um símbolo mais arcaico. Analisando essa imagem do grifo, podemos dizer que ela tem poder sobre a terra (representada pela parte de leão), sobre o céu (representada pela parte de águia) e sobre o mar (representada pelas barbatanas) – os três elementos necessários para a transformação do caos em cosmo, segundo diversas culturas.

Na remitologização de Portugal, interessa ao poeta recontar até os fins do século XVI, quando a morte de D. Sebastião assinala o epílogo dos feitos gloriosos dos portugueses no mar. Essa conquista é o exemplo do potencial da pátria portuguesa. Essa grandeza, em BRASÃO, é concebida como produto da comunhão entre o humano e o divino, provada pelo processo de afirmação da nacionalidade.

A Portugal de *Mensagem* é um Ser de valores elevados criado por Pessoa. E BRASÃO é a célula-*mater* desse “Ser Portugal” que encerra a potencialidade de conquistas por meio da Palavra criadora. Mas é difícil abarcar todas as “águas nascituras” de Portugal pela linguagem, uma vez que a linguagem humana é incapaz de dizer a “realidade completa e total” (se é que ela existe!). Entretanto, a linguagem poética pode sugerir uma ou outra realidade, por meio de imagens, símbolos e analogias, na perseguição de uma “Verdade”, que se refugia nas entrelinhas das profundezas das águas.

Dessa forma, o poeta Fernando Pessoa não desiste dessa “Verdade Maior” do “Além”, pois para ele seria o mesmo que “ter por vida a sepultura”. Pois é triste quem não abandona a “lareira”, quem não sai à luta para superar suas imperfeições humanas e seguir adiante para um progresso ou evolução: “Triste de quem vive em casa, / Contente com o seu lar, / Sem que um sonho, no erguer de asa, / Faça até mais rubra a brasa / Da lareira a abandonar!” (PESSOA, 2006, p. 47).

Assim sendo, frente ao caos português, podemos afirmar que Pessoa traz novamente o mito genesíaco reivindicando a posição de “cada astro” (ou de cada personagem), tornando o símbolo heráldico uma alegorização poética. Ou traz novamente o mito genesíaco reatualizando a história sagrada, imitando o comportamento divino, para se instalar e se manter próximo a Deus. Ou melhor, Fernando Pessoa reproduz o gesto cosmogônico, por meio do ritual conferido pela Palavra, que trabalha tanto o campo externo como o interno do homem. Esse ritual exercita-se pelo próprio signo, inaugurando um novo espaço, simbolizado pela “Distância”, evocada diversas vezes em *Mensagem*; e um novo tempo, à medida que confere sacralidade ao “tempo *ab origine*” do apogeu de Portugal, prolongando-lhe a duração.

Em BRASÃO, por fim, Pessoa reorganiza “a terra que era sem forma e vazia”, parada, estagnada, indiferente, usando figuras míticas e históricas simultaneamente. Em outras palavras, o poeta usa o emblema heráldico, marca simbólica da nação, para remitologizar o gênese de Portugal e sua caminhada para um novo apogeu. Fernando Pessoa fez isso através de sua releitura metafórico-mística do brasão português e da remitologização do Gênesis.

### **3 O mito das conquistas (im)possíveis: Mar Português**

A segunda parte de *Mensagem*, intitulada MAR PORTUGUÊS, abre-se com a epígrafe: “*Possessio Maris*” – “ao domínio dos mares”, sugerindo sua vastidão, seus perigos, e, sobretudo, as conquistas (im)possíveis (termo que se refere às acepções de existir / não-existir; ser / não-ser; acontecer / não-acontecer; real / irreal). É sabido que foi nos séculos XV e XVI que Portugal “dominou os mares”, na chamada “Era dos Descobrimentos”, momento de maior grandeza para o povo lusitano. Esse povo conquistou seus alvos e objetivos, milagrosamente pela água, local até então indomado pelo homem.

De uma forma geral, o mar faz parte do ideário lusitano e é símbolo primordial, catalisador da alma portuguesa. Além de ser origem da vida, o mar é um enorme fator biogeográfico que influi nos fenômenos atmosféricos registrados nas terras emersas. Também, o mar é portador e condutor de mitos, uma vez que, em suas águas profundas, existe um

verdadeiro mundo à parte em que residem ainda assuntos, se não fantasiosos, pelo menos desconhecidos aos homens. O mar é ainda uma importante fonte de recursos alimentícios para a população humana. Em suma, as “águas são *fons e origo*, e reservatório de todas as possibilidades de existência” (ELIADE, 1993; 2002).

Segundo Eliade (1993) o simbolismo das águas implica tanto a morte como a renascença. Por um lado porque a dissolução é seguida de um “novo nascimento”, por outro lado porque a imersão fertiliza e multiplica o potencial de vida. “À cosmogonia aquática correspondem – ao nível antropológico – as hylogenias, as crenças segundo as quais o gênero humano nasceu das águas” (ELIADE, 1993, p. 40).

Diante do exposto, entendemos que desintegrando toda a forma e abolindo toda a história, as águas possuem a virtude de purificação, de regeneração e de renascimento, porque o que é mergulhado nela “morre” e, sem “história”, torna-se capaz de receber uma nova revelação e de começar uma nova vida. Nas águas, nasce o novo, suportando qualquer criação: até mesmo o “sebastianismo racional”. Pela água, toda a “história ruim” de Portugal pode ser abolida e emergir um “futuro do passado”, um novo conhecimento.

Nas narrativas de conquistas (im)possíveis, as barreiras e as dificuldades estão sempre presentes. O “Mostrengo”, por exemplo, é a encarnação fantasmagórica de elementos da natureza em fúria contra a audácia dos navegadores portugueses. As aventuras marítimas portuguesas esclarecem uma série de superstições e medos acerca dos perigos existentes nos oceanos, os quais impediam que marinheiros prosseguissem além dos limites conhecidos. Nesse sentido, o poema “O Mostrengo” (o quarto poema do MAR PORTUGUÊS) alegoriza o mistério que está no “fim do mar”, no Infinito, no além-morte, na eternidade, na busca por um conhecimento superior, na fome de Absoluto, na perseguição do Impossível – grandeza de alma insatisfeita.

Alcançar o desconhecido ou o “conhecimento superior” é um tipo de conquista do (im)possível, tarefa por excelência do escritor-poeta ou do “pensador por imagens” (SOARES, 2010, p. 135). Aliás, “escrever é tornar possível a impossibilidade” (DELEUZE, 1997, p. 17). Assim, abrigado na tenda da linguagem, o espaço da liberdade e de todo o possível, Pessoa pode escolher à sua vontade a companhia de todos aqueles que comungam de seus sonhos e ideais, de seus afins.

O artista moderno já não tem mais a fé renascentista na conquista do mundo, não conseguindo mais enxergá-lo como uma realidade absoluta e exterior, mas sim como algo relativizado pela consciência e pela interioridade humana. Assim, já não se trata aqui da gloriosa conquista terrena do mundo, mas sim a do mundo transcendental, cobrada aos

homens como paixão, martírio e, principalmente, renúncia em relação à “vida breve” (PESSOA, 2006, p. 26).

Podemos dizer que o anseio mítico que impulsiona o texto de *Mensagem* é fruto do espírito de uma época que duvida da ideia de mundo como realidade objetiva e tenta superar o plano da realidade sensível, para chegar a uma essência absoluta, mítica. Sua ânsia de transcendência, diferente da do homem grego, por exemplo, resulta numa transcendência autorreferencial, estética. Assim, a via de acesso a essa essência é a própria via estética, sendo a arte não mais a “cópia”, mas vivência e expressão do mundo. Tornando-se mítica, pela coerência de sua imanência significativa ante a desagregação e o sem-sentido em que vê o mundo exterior, é, enfim, a arte moderna que dá a sustentação ideal para o nacionalismo místico e mítico de Pessoa.

A conquista do (im)possível ou do “mar sem fim” tem um arquétipo, a transcendência da pequenez humana, conseguida mediante a ascensão da arte e superação da dor, da saudade e da tristeza. Pelo “mar salgado”, os portugueses conquistaram terras desconhecidas da Europa e conquistariam ainda o Universo Espiritual, como já estava predestinado: “O mar sem fim é português” (PESSOA, 2006, p. 37).

O “Mar sem fim” é (im)possível, porque ao mesmo tempo que implica o terreno simboliza o outro lado (que é somente espelhado parcialmente pelo céu). Além do elo com o mundo terreno, o mar, poetizado por *Mensagem*, “símbolo da vida toda”, é um elo com o mundo espiritual, o transcendental, o eterno: “Deus ao mar o perigo e o abismo deu, / Mas nele é que espelhou o céu” (PESSOA, 2006, p. 42).

Observamos que o Mar aparece ora com um sentido de “perigo e abismo” (o mar como sal, lágrimas, cruz), ora em um sentido de “céu” (vitória, recompensa, descanso eterno, sacralidade, transcendência). Assim, à sacralidade das águas vem somar-se a sacralidade do céu. Em outras palavras, a água aliada ao céu completa, cosmologicamente, o círculo em que se insere a transcendência do homem.

Repetidas vezes Pessoa defendeu que na aventura marítima dos portugueses estava já inscrito o futuro V Império Espiritual. Esta vocação premonitória dos descobrimentos aparece refletida logo no primeiro poema “O Infante”: “Quem te sagrou criou-te português. / Do mar e nós em ti nos deu sinal. / Cumpriu-se o Mar, e o Império se desfez. / Senhor, falta cumprir-se Portugal! (PESSOA, 2006, p. 36). A era dos Descobrimentos iniciou-se com o Infante D. Henrique e acabou-se com o pós-Alcácer-Quibir, mas a esperança na repetição dessas façanhas é remitologizada por aventuras espirituais, como mostra o poema “Prece”.

A “Prece” é uma “reza” vibrante de fé porque a “chama que a vida em nós criou” ainda “não é finda”. É plena de esperança, de confiança em Deus, o qual concede, por graça ou com desgraça, que o homem recomece “a chama do esforço” e “outra vez conquiste a Distância – Do mar ou outra” (PESSOA, 2006, p. 43). Conquistar a “Distância” não significa conquistar o mar físico, o possível (que, aliás, já foi todo descoberto!), mas a “conquista do impossível”.

O poema intitulado “Mar Português” ratifica a ideia de que só por meio das “tormentas” do mar, vencendo seus inimigos e medos (ou monstros marinhos), é que um navegante pode alcançar sua vitória. Segundo Eliade (1989; 2004), é exatamente através do sofrimento que o homem um dia poderá revelar-se um personagem excepcional, um herói. E ainda, em outra perspectiva, a própria busca pelo (im)possível causa dor e inquietação, como apontam os poemas: “A Última Nau” e “Prece”. Nesses poemas, o sujeito da enunciação instaura explicitamente o mito sebástico – antecipando, em síntese, o teor mítico da terceira parte, O ENCOBERTO: “Não sei a hora, mas sei que há a hora, / Demore-a Deus, Chame-lhe a alma embora / Mistério” (PESSOA, 2006, p. 42).

Por fim, as vozes da primeira, segunda e terceira partes de *Mensagem* convergem alternadamente para o Mar e para a figura mítica de D. Sebastião, que morreu além-mar, no norte da África, mas que poderá voltar, também, pelo mar! Na visão do poeta, o imaginário marítimo é capaz de trazer o “futuro do passado”. Talvez por isso essa segunda parte de *Mensagem* termine com uma prece: “Dá o sopro, a aragem – ou desgraça ou ânsia –, / Com que a chama do esforço se remoça, / E outra vez conquistemos a Distância – / Do mar ou outra, mas que seja nossa!” (PESSOA, 2006, p. 43). O eu poético solicita “o sopro” divino. É o próprio sopro criador de Deus que é invocado nessa poesia pessoana.

#### **4 O mito do Encoberto: símbolos, avisos e tempos**

A terceira e última parte de *Mensagem*, O ENCOBERTO, concentra-se nos desdobramentos de sentido do mito, cuja estrutura é dividida em três seções: OS SÍMBOLOS, OS AVISOS e OS TEMPOS. De uma forma geral, “símbolos” são emblemas usados por profetas que anunciam “avisos” para a chegada de um “tempo” final de se alcançar algo ou acontecer um fato esperado. Com esses três elementos indicativos, Pessoa estabelece o seu plano profético – o anúncio realizador da necessidade de expressão do “Ser Português”.

OS SÍMBOLOS são a manifestação alegorizada da ausência de real. OS AVISOS são os prenúncios da revelação do mito do Encoberto o qual se presentifica na gradação de OS

TEMPOS. É razoável percebermos, de imediato, que OS AVISOS seguem uma ordenação cronológica, desde a mais remota profecia do sebastianismo (Bandarra e António Vieira) até o presente da escritura (o próprio sujeito da escrita). A seção OS TEMPOS estabelece uma gradação de tempos: Noite, Tormenta, Calma, Antemanhã e Nevoeiro.

No poema “Noite” (primeiro de OS TEMPOS), longe do Eterno, “perdido no mar indefinido”, Portugal procura reencontra-se. Em um frêmito incontido, misto de alvoroço e desespero, “em febre de ânsia”, ergue as mãos a Deus pedindo-lhe que o ajude a identificar-se: “É a busca de quem somos, na distância / De nós; e, em febre de ânsia, / A Deus as mãos alçamos. / Mas Deus não dá licença que partamos” (PESSOA, 2006, p. 55).

E no escuro “noite” surge a “Tormenta” (segundo poema de OS TEMPOS) a qual abre um clarão no escuro: “O relâmpago, farol de Deus, um hausto / Brilha, e o mar ‘scuro ‘struge” (PESSOA, 2006, p. 56). A luz da esperança que leva Portugal a “soerguer-se” do fundo do abismo em que caíra reside no “poder querer Ser”. Assim sendo, o terceiro poema de OS TEMPOS é a “Calma”. Esta persiste em procurar tudo que está “encoberto”: “Aqui, onde há só sargaço, / Surja uma ilha velada, / O país afortunado / Que guarda o Rei desterrado / Em sua vida encantada?” (PESSOA, 2006, p. 56). E é na “calma” da reflexão que alvorece o novo dia, por isso “Antemanhã” é o quarto poema. A “antemanhã” anuncia o novo dia que se espera ser melhor. Mas, como essa parte termina com Nevoeiro, isso indica que o dia ainda não raiou totalmente.

Percebemos que este subitem OS TEMPOS remete, também, ao próprio processo da criação literária. A sensação do vazio e da “noite” leva o poeta a tentar recompor uma falta mergulhada na escuridão. Além do abismo entre a alma humana e a eternidade divina, a “noite” equivale a um abismo sobre o qual o escritor sente que precisa estabelecer um elo, levantar uma ponte simbólica ou passar pela “tormenta”, que o levará à tentativa do desvelamento de um não dito ou inominável. Na “calma” da reflexão, o poeta tenta superar a ausência ou o vazio por meio da linguagem poética. Mas, na madrugada do novo dia, na “antemanhã”, aparece o Mostrengo, um vulto perturbador. Lembremos que o Mostrengo é o elemento que, sendo assujeitado, vai possibilitar o devir.

Pessoa vê “os símbolos” e “os avisos” proféticos de um “Portugal por cumprir-se”, metaforizado no V Império, através dos “tempos”. Resgatando o mito sebástico, Pessoa crê que há de reatualizar, em Portugal, a veia heroica corporificada em D. Sebastião. Segundo Coelho (1982, p. 41), D. Sebastião, “protótipo da loucura heróica, obsidia com freqüência a moderna lírica portuguesa, quer para simbolizar a decadência quer polarizando as esperanças

messiânicas no ressurgimento pátrio”. Percebemos que D. Sebastião é a personagem-síntese dessa parte e tem sua figuração reduplicada em: “O Desejado” e “O Encoberto”.

D. Sebastião não remete a uma pessoa de “carne e osso”, mas soa como agoniada esperança, não passando de um cadáver adiado: “quem vem viver a verdade / Que morreu D. Sebastião?” (PESSOA, 2006, p. 48). D. Sebastião aparece várias vezes em *Mensagem*: explicitamente, na primeira parte, em AS QUINAS, cujo poema é intitulado “D. Sebastião Rei de Portugal”; e nessa última parte, no primeiro de OS SÍMBOLOS, intitulado “D. Sebastião”. Os poemas fazem elogios à “loucura sebástica” como símbolo da loucura criadora. Tal loucura, porém, não é só do artista, do herói, do filósofo, mas é condição necessária para a superação do cotidiano, do sofrimento e das desventuras dos seres humanos.

A loucura representa o sonho, um mergulho no desconhecido e encantador mundo de sentimentos e emoções em que um poeta, por exemplo, pode nos oferecer em palavras e símbolos outro mundo. A poesia pode inclusive projetar uma visão desconcertante da realidade, que abala o sentido do mundo, por meio do fingimento, do truque, da aparência, do artificial, contrapondo-se à ideia mimética realista. Essa crise da representação passa pela crise da “Verdade” filosofada aqui por Fernando Pessoa. O próprio poeta questiona: “Será a loucura querer mais do que o pouco?” (PESSOA, 1968). Coelho (1982, p. 314) analisou essa loucura na criação pessoana como um sinal positivo, “sem a qual o homem não passa de ‘besta sadia’; essa loucura que nos salva da ‘metade de nada’ em que viver é morrer”. Dessa forma, *Mensagem* louva a loucura como um processo de criação artística.

Essa última parte de *Mensagem* impõe um clima angustiado, graças à determinação da circunstância em que o eu poético se encontra (“à beira-mágoa”). O termo composto selecionado, de teor abstrato, insinua pesar, tristeza e constrição. Essa suficiência, haurida nos predecessores Bandarra e Vieira, atesta-se pelo êxtase místico (“Tenho meus olhos quentes de água”) de um ser inteiramente devotado à sua crença em D. Sebastião, porém, de “absoluta impessoalidade”:

O Portugal-D. Sebastião de Pessoa é todo-o-mundo-e-ninguém como ele Pessoa-D. Sebastião é ninguém-e-todo-o-mundo, um e outro, a ‘eterna criança que há-de-vir’, aquele que morre com particularidade nacional ou pessoal, para ser tudo em todos, exemplo de um mundo e de uma personalidade sem limites nem fim. Esse D. Sebastião-Pessoa não anuncia mais que um Império cultural sem imperialismo de culturas nem de verdades, mero espaço da absoluta liberdade de cultivar as múltiplas e inconciliáveis ‘verdades, que na ausência definitiva de Deus nos servem de simulacros plausíveis e implausíveis do verdadeiro’. Assim, o que começou como um sonho de um Império redivivo termina com Pessoa em Império de Sonho. E como ele mesmo perguntava: ‘Quem vem viver a verdade que o D. Sebastião morreu?’, a última interpelação do Sebastianismo talvez seja hoje, para nós, a do próprio Fernando Pessoa: ‘Quem vem morrer o sonho que Pessoa viveu?’ (LOURENÇO, 1982, p. 16).

É claro que Portugal, com a sua tendência para ser tudo, forçosamente havia de ser nada de todas as maneiras possíveis. Nessa perspectiva, para o escritor “contar sua própria versão” do mito sebástico foi preciso vencer o próprio desvelamento ou trazer um desvelamento ainda maior? Algo nesse desvelamento propõe não ser completamente atingido, pois talvez seja a própria natureza do enigma permanecer indecifrado em sua essência, daí a obra terminar em um tempo de “Nevoeiro”.

Ao cruzarmos o enunciado de *Mensagem* com a informação veiculada por vários outros textos em prosa do poeta, percebemos que “a hora” anunciada, no “Nevoeiro”, é simplesmente “e simbolicamente” a do segundo advento do “Encoberto”, que pode ser ou apontar para a própria “hora” da afirmação do poeta. Segundo Pessoa, “não pode haver dúvida do caráter encoberto, nevoento, da Vinda Segunda de D. Sebastião” (PESSOA, 1979, p. 183). Ainda conforme o poeta, “a manhã de névoa indica, evidentemente, um renascimento anuviado por elementos de decadência, por restos da Noite onde viveu a nacionalidade.” (PESSOA, 1979, p. 202). Assim, por nevoeiro entendemos que “o desejado” virá “encoberto”; que, chegando, ou chegado, se não perceberá que chegou...

O poema “Nevoeiro” (o último de *Mensagem* e o último a compor o ritual cosmogônico pessoano) simboliza a espera, a imagem baça do desconhecido. “O desconhecido não é aquilo a respeito do qual não sabemos absolutamente nada, mas é aquilo que, no que conhecemos, se impõe a nós como elemento de inquietação” (HEIDEGGER, 1988, p. 217). O desconhecido, portanto, é uma imagem etérea, evanescente, que patenteia uma possibilidade de revelação ou de conhecimento. A questão do conhecimento aqui é posta tanto ontológica como historicamente: “Ninguém sabe que coisa quer / Ninguém conhece que alma tem.” (PESSOA, 2006, p. 58). Esse verso reafirma a alma inquieta do eu poético que aparece na totalidade de *Mensagem*.

A epígrafe final do livro: “*Valete, Fratres!*”, traduzida como “Adeus, Irmãos”, é significativa no teor da remitologização em *Mensagem*. O sentido da utopia, a qual se apresenta sob um olhar para o passado de glória, possibilitaria uma “nova febre” de querer ir “mais além”, a um plano não mais terreno, porém, espiritual. Segundo Tutikian (2006), a expressão “*Valete, Fratres!*”, que encerra a obra, era um cumprimento de despedida ou saudação comum entre os rosacrucianos, significando: “Valei, irmãos”; “adeus”; “passe bem”; “tende valor, irmãos”... Essa epígrafe seria, dessa forma, um brado por meio do qual o poeta faz votos para que a humanidade entenda os “dons” divinos como possíveis de serem convertidos em meio de salvação para épocas de dificuldades.

Portugal, em estado de “nevoeiro”, de indefinição, recebe um brado de esperança no último verso: “É a Hora!”. Essa é a “hora” em que a Pátria despertará da dormência, pois tem em seu arcabouço histórico, mítico e místico, todas as potencialidades criadoras do V Império. O verso “É a Hora!” é, conseqüentemente, um apelo para que participemos da busca inquietante do desconhecido, com sua dupla face de evidência e de incerteza e com certo grau de impossibilidade em compreendê-lo completamente. “É a hora!” propõe a remitologização como uma espécie de libertação, pois na poesia, o poeta apaga a distância entre ele e o mundo, anulando as impossibilidades, tornando-se, como dirá Gilles Deleuze (1997), no “eterno devir” que é a produção literária, qualquer coisa que o escritor não é... Aliás, é pela escritura que Fernando Pessoa se reinventa ou inventa outros, aproximando a visão cósmica universal, pois, para o poeta, o futuro será a síntese de todos os povos do Universo.

Ninguém sabe que coisa quer.  
Ninguém conhece que alma tem,  
Nem o que é mal nem o que é bem.  
(Que ânsia distante porto chora?)  
Tudo é incerto e derradeiro.  
Tudo é disperso, nada é inteiro.  
Ó Portugal, hoje és nevoeiro...

É a hora!  
(PESSOA, 2006, p. 58)

É a “hora” da chegada do V Império. Este último verso de O ENCOBERTO traz uma concepção profética e messiânica, enquanto fonte de imagens, metáforas e “sinais do Fim” (que pode ser do “gênesis” de um novo tempo) que se articulam harmoniosamente às oriundas de BRASÃO. *Mensagem*, portanto, é homóloga à criação divina; sua existência, uma espécie de “hierofania cósmica”. Convergem na construção dessa obra a valorização do invisível, a predominância da imaginação como faculdade de poder cognitivo, a forma mitológica aliada a um espírito anti-histórico, a união do humano e do divino, e a nostalgia da origem e do “impossível”.

Concluimos com Tutikian (2006, p. 12) a qual, seguindo Gilbert Durand, ressalta que da mesma forma que Pessoa é o “mestre das alteridades”, ele é o “mestre da mitologização”. E, como tal, remitologizou Portugal e mitificou a si próprio como “criador mais profundo das urgências da modernidade”, tornando-se profeta e interlocutor do povo português, o mensageiro do dia a amanhecer, o da implantação do V Império, da “Idade de Ouro” da humanidade.

## REFERÊNCIAS

- ARMSTRONG, Karen. *Breve história do mito*. Trad. Celso Nogueira. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- CAMOCARDI, Elêusis M. *Mensagem: história, mito, metáfora*. São Paulo: Arte & Ciência, 1996.
- COELHO, Jacinto do Prado. *Diversidade e unidade em Fernando Pessoa*. 7. ed. Lisboa: Verbo, 1982.
- DELEUZE, Gilles. *Crítica e clínica*. Trad. Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 1997. Disponível em <<http://docplayer.com.br/13545380-1-gilles-deleuze-critica-e-clinica-tradufao-peter-pdl-pe-bart.html>> Acesso em: 08 jul. 2016.
- DURAND, Gilbert. *A imaginação simbólica*. Lisboa: Arcádia, 1979.
- ELIADE, Mircea. *Aspectos do mito*. Trad. Manuela Torres. Lisboa: Edições 70, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Mito do eterno retorno*. Trad. José Ceschin. 9.ed. São Paulo: Mercuryo, 1992.
- \_\_\_\_\_. *Tratado de história das religiões*. Trad. Fernando Tomaz e Natália Nunes. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Imagens e símbolos: ensaio sobre o simbolismo mágico-religioso*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Mito e realidade*. Trad. Pola Civelli. 6.ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- HEIDEGGER, Martin. *Ser e tempo*. Trad. Márcia de Sá Cavalcanti. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1988.
- LOURENÇO, Eduardo. Sebastianismo: imagens e miragens. In: LOBO, A. de Souza Silva C. *Origens do Sebastianismo*. Lisboa: Edições Rolim, 1982.
- MIELIETINSKI, Eleazar M. *A poética do mito*. Trad. Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.
- PAZ, Octavio. *El arco y la lira*. 3.ed. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1972.
- PESSOA, Fernando. *Mensagem*. Edição de Jane Fraga Tutikian. Porto Alegre: L&PM, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Sobre Portugal: Introdução ao problema nacional e da República*. Org. de Maria Isabel Rocheta e Maria Paula Morão. Lisboa: Ática, 1979.
- SOARES, Caio Caramico. *Evangelhos da revolta: Camus, Sartre e a remitologização moderna*. Tese (Doutorado em Filosofia) Universidade de São Paulo-USP, 2010. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8133/tde-01072011-142723/pt-br.php>>. Acesso em: 20 nov. 2015.
- TORÁ: a Lei de Moisés. Trad. Meir Matzliah Melamed et al. São Paulo: Sêfer, 2001.

TUTIKIAN, Jane. Apresentação de Mensagem. In: PESSOA, Fernando. *Mensagem*. Porto Alegre: L&PM, 2006.